

## **ÍNDICE ANALÍTICO DE JURISPRUDÊNCIA**



## A

### AÇÃO DE DESPEJO CONTRA UNIÃO

	Páginas
Recurso de Primeira Instância, que decreta despejo contra a União. Deve ser sustado o despejo em virtude do efeito suspensivo, que se deve reconhecer como inerente ao recurso necessário. Mandado de Segurança n.º 38.900-SP .....	153

### AÇÃO EXPROPRIATÓRIA

Justo e real valor. Juros compensatórios. Pagamento a partir da imissão de posse. Ap. Cível n.º 21.798-MG .....	109
---	-----

### AÇÃO DE REEMBÓLSO

Aplicação legítima do art. 728 do Código Comercial. Honorários advocatícios devidos. Ap. Cível n.º 18.213-GB .....	61
--	----

### ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Exigências legais. Impossível a apreciação por via de mandado de segurança. Proventos e vencimentos somente se acumulam quando resultam de cargos acumuláveis. Ag. Mandado de Segurança n.º 42.086-SC .....	165
---	-----

### APELAÇÃO CÍVEL

Não cabe de sentença proferida em ação de valor inferior a dois salários mínimos. Ap. Cível n.º 19.838-MG .....	92
---	----

### APREENSÃO DE MERCADORIAS

Mandado de Segurança. Só a condição de proprietário, estreme de dúvidas, autoriza o requerimento da medida Ag. Mandado de Segurança n.º 48.201-SP .....	182
---	-----

### APROVEITAMENTO INDUSTRIAL DE MINAS E JAZIDAS

O registro de jazidas, feito em 1953, não pode ser alterado para o de mina, após o transcurso do prazo fixado no art. 10 do Código de Minas, prorrogado pela Lei n.º 94/35. Incorporação ao patrimônio da União. Ap. Cível n.º 11.266-DF .....	41
--	----

### ARMAZÉNS-GERAIS

Incidência do impôsto do sêlo sôbre recibos de mercadorias depositadas. Ag. Petição n.º 22.997-GO (Embargos) .....	23
--	----

### ASSEMBLHAÇÃO DE CARGOS

Os funcionários de determinada secretaria, aos quais outros lhes foram por lei assemelhados, quanto à percepção de vencimentos, fazem jus, por sua vez, a aumento, quando os referidos assemelhados passarem a ter melhor remuneração. Ap. Cível n.º 350-DF .....	30
---	----

## C

### CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

	Páginas
Direito do interessado em obtê-la, segundo a Constituição. Ag. Mandado de Segurança n.º 28.210-GB .....	131

### CONFERÊNCIA DE FRETES

Expedição de guias de embarques. Legítima a Instrução da SUMOC e a exigência de somente expedir guias para navios pertencentes à "Conferência de Fretes". Ag. Mandado de Segurança n.º 23.416-GB .....	121
--	-----

## D

### DECLARAÇÃO DE AUTORIDADE CONSULAR

Se esta, oficialmente, dentro de sua jurisdição, confirma determinados valores, não poderá ter sua decisão invalidada, posteriormente, pela autoridade administrativa sediada no Brasil. Ag. Mandado de Segurança n.º 49.100-SP .....	194
---	-----

### DEMISSÃO

Cancelamento da nota "a bem do serviço público", verificada a improcedência dos motivos determinantes. Reintegração não se coaduna com os cargos públicos de livre escolha. Ação Rescisória n.º 166-GB (Embargos) .....	1
---	---

### DESAPROPRIAÇÃO

Competência do Juízo da Fazenda Pública para julgar as ações de desapropriação em que é parte sociedade de economia mista. Ag. Petição n.º 21.052-MG .....	17
--	----

### DESPACHO ALFANDEGÁRIO DE MERCADORIA

Intervenção de terceiro. O importador que comparece à Alfândega e satisfaz as exigências da Lei, como a repartição a interpretou, tem direito a completar o "despacho" retirando as mercadorias. Ag. Mandado de Segurança n.º 36.585-SP .....	140
---	-----

### DIPLOMATA

Vencimentos e vantagens no exterior. Aposentadoria desfeita por irregular, com o reconhecimento ao direito de perceber como se estivesse em exercício. Conversão de cruzeiros em moeda americana. Ap. Cível n.º 20.528-GB .....	94
---	----

### DÍVIDA FISCAL

O conhecimento confessado, ainda que nos últimos dias do prazo, de despacho notificador, não exclui a parte do dever de defender-se, pagando pela inércia em que incorreu. Ag. Mandado de Segurança n.º 25.445-GB .....	122
---	-----

## DUPLA APOSENTADORIA

	Páginas
Decreto-Lei n.º 3.858/41, Lei n.º 1.812/53, Lei n.º 2.752/56, Servidor da Rêde de Viação que não optou pelo serviço federal. Inaplicabilidade da Lei n.º 2.752 a quem não fez a opção que expressa o Decreto-Lei n.º 3.858, Ap. Cível n.º 16.933-RJ . . . .	54

## E

### EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO

Obtida mediante concorrência pública. Anulação de alterações e reajustamentos obtidos posteriormente, sem audiência dos conselhos da autarquia contratante, e ainda contrário ao avençado. Ap. Cível n.º 19.315-PA . . . . .	77
--	----

### ENSINO SUPERIOR

Exame vestibular. Alegação tardia de nulidade. Ag. Mandado de Segurança n.º 38.281-RN . . . . .	146
---	-----

### ENSINO SUPERIOR

Nota mínima. Indeclinável para matrícula em qualquer curso que os candidatos tenham logrado aprovação em exame vestibular. Ag. Mandado de Segurança n.º 44.522-MG . . . . .	172
---	-----

### EPILEPSIA

Reforma. Vencimentos integrais. A epilepsia, sendo distúrbio mental, dá direito à reforma ou aposentadoria com vencimentos integrais. Ap. Cível n.º 18.290-GB . . . . .	63
---	----

### ESTUDANTE

Média de aprovação. Segurança concedida com fundamento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ag. Mandado de Segurança n.º 33.522-RS . . . . .	138
---	-----

### ESTUDANTE FUNCIONÁRIO

Tem o direito de permanecer em repartição localizada na cidade onde está sediada a escola em que está matriculado, admitindo-se, em casos especiais, sua remoção, nas férias, para cidade onde haja estabelecimento congênere de ensino. Ag. Mandado de Segurança n.º 28.067-RN . . . . .	129
---	-----

### EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

Irrelevante é a exceção, sob o fundamento de que o Ministério da Fazenda tem sede em Brasília, sabido que essa transferência continua simbólica. Ag. Mandado de Segurança n.º 29.224-GB . . . . .	135
---	-----

### EXECUTIVO FISCAL

Anulação. Reconhecida a impropriedade da ação, o seu prosseguimento com o rito ordinário não anula o processo. Ag. Petição n.º 16.385-PR (Embargos) . . . . .	9
---	---

## EXECUTIVO FISCAL

Páginas

Não atendimento pela autoridade fiscal da requisição do processo administrativo. Devolução ao Juiz para que insista na requisição, sujeitando-se a autoridade às penas legais pelo descumprimento, sem o cancelamento do executivo. Ag. Petição n.º 15.586-SP (Embargos) ..... 8

## EXECUTIVO FISCAL

Discussão de matéria de prova. Desassiste ao executado o direito de produção e discussão de matéria de prova, se não embargou a penhora. Ag. Petição n.º 25.350-SP ..... 27

## EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Sanções estabelecidas pelo Decreto-lei n.º 5, de 1937, sua aplicação ofende o princípio constitucional do livre exercício de profissão. Ag. Mandado de Segurança n.º 25.489-RJ (Matéria Constitucional) ..... 124

# F

## FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Constituem corpo organizado, sujeito a hierarquia, e a forma por que se devem desempenhar de suas funções, não constituindo suas funções atividade pessoal autônoma e não controlada. Ag. Mandado de Segurança n.º 38.598-DF ..... 148

## FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Retificação. A demora sem limites, no processamento burocrático da retificação, constitui ilegalidade a que o direito do servidor não pode sujeitar-se. Ag. Mandado de Segurança n.º 43.944-GB ..... 168

# I

## IMPÔSTO DE CONSUMO

Matéria prima. Dedução do impôsto pago quando de sua aquisição, quando tiver de pagar o impôsto sôbre o produto acabado. Inexistência de distinção entre o contribuinte que recolhe por guia e o que o faz por selagem direta. Ag. Mandado de Segurança n.º 42.208-SP ..... 166

## IMPÔSTO DE RENDA

Agravo prejudicado pela superveniência da Lei n.º 2.862/65, art. 12. Processo fiscal de valor inferior a Cr\$ 20.000. Cancelamento do débito. Ag. Mandado de Segurança n.º 28.369-CE ..... 133

## IMPÔSTO DO SÊLO

A retenção, pela firma, dos lucros dos sócios, sem possibilidade de levantamento, equivale a empréstimo e sujeita-se ao impôsto do sêlo. Ag. Petição n.º 24.989-SP ..... 26

IMPÔSTO DO SÊLO

Páginas

É devido sôbre a entrega de bens importados sem cobertura cambial para serem incorporados ao Capital da sociedade. Ag. Mandado de Segurança n.º 41.665-SP ..... 161

IMPÔSTO DE SÊLO

Incide sôbre recibos de mercadorias depositadas em armazéns-gerais. Ag. Petição n.º 22.997-GO (Embargos) ..... 23

IMPÔSTO DO SÊLO

Incidência sôbre contrato celebrado entre particular e autarquia, posteriormente à Emenda Constitucional n.º 5 de 21-11-61. Súmula n.º 468 do Supremo Tribunal Federal. Ag. Mandado de Segurança n.º 49.815-SP ..... 195

IMPÔSTO ÚNICO

Entidade pública. Isenção. Recai sôbre o produto sem levar em conta a qualidade subjetiva do consumidor. Ag. Mandado de Segurança n.º 48.105-GB ..... 178

IMPROPRIEDADE DA AÇÃO

Reconhecida a impropriedade do executivo, o seu prosseguimento com o rito ordinário não anula o processo. Ag. Petição n.º 16.385-PR (Embargos) ..... 9

INAMOVIBILIDADE

Não se aplica aos professôres catedráticos militares a construção doutrinária de que a vitaliciedade importa na inamovibilidade. Mandado de Segurança n.º 47.514-GB ..... 175

INATIVOS

Reestruturação. Dita franquia não se estende ao servidor aposentado antes do advento da lei que a admitiu. Ag. Mandado de Segurança n.º 44.421-GB ..... 169

INTERINO

Inadmissível a exoneração não justificada. Ap. Cível número 21.088-GB ..... 99

INSCRIÇÃO NA ORDEM DOS ADVOGADOS

Impedimento de funcionário municipal para advogar contra a Fazenda Pública. Suspensão de Segurança n.º 4.534-SP (Agravo do Art. 45-RI) ..... 197

J

JAZIDAS

Aproveitamento industrial das minas e jazidas. Alteração de registro. Cancelamento. Ap. Cível n.º 11.266-DF ..... 41

## L

### LEGITIMIDADE AD CAUSAM

	Páginas
Propriedade industrial. Direito de ação. Mérito: “falta de novidade. Ap. Cível n.º 19.766-RJ .....	87

### LEGISLAÇÃO

Ver índice analítico de legislação .....	241
--	-----

### LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

Deve ser feita <i>ut verba sonant</i> , sem dilatações nem encurtamentos. Ag. Petição n.º 20.221-SP (Embargos) .....	15
--	----

### LOCAÇÃO

Despejo. Não comete infração o inquilino que, por motivo de transferência temporária, deixa permanecer no prédio seu filho, que com êle residia desde o início da locação. Ap. Cível n.º 18.936-SP (Embargos) .....	72
---	----

### LOCAÇÃO

Lei n.º 1.300/50. Retomada para uso próprio. Prédio locado pela Administração Pública. Desnecessária a prova de necessidade para uso próprio, a afirmação da administração é quanto basta. Ap. Cível n.º 18.098-SP .....	58
--	----

### LUCROS EXTRAORDINÁRIOS

Reservas. É uma cota tirada dos lucros para fortalecer o capital. No cálculo do lucro extraordinário, não pode entrar sob o título de reserva a parcela que não se ajuste a seu conceito. Ag. Mandado de Segurança n.º 46.453-GB .....	174
--	-----

## M

### MARCA DE FÁBRICA

Sobre registro, mesmo posterior, não pode prevalecer o que foi legitimamente declarado nulo na instância administrativa. Ap. Cível n.º 21.096-GB .....	105
--	-----

### MATÉRIA DE PROVA

Não havendo o executado embargo a penhora, desassisteu-lhe o direito de produzir e discutir matéria de prova. Ag. Petição n.º 25.350-SP .....	27
---	----

### MÉDICO DE AUTARQUIA

Efetivado pela Lei n.º 2.284/54, não se lhe reconhece cabível, por força dessa mesma lei, a equiparação quanto a vencimentos, aos funcionários efetivos titulados. Ap. Cível n.º 15.962-GB ..	47
---	----

### MILITAR

Professor Catedrático. Inamovibilidade. Aos professores catedráticos militares não aproveita a construção doutrinária de que a vitaliciedade importa em inamovibilidade. Mandado de Segurança n.º 47.514-GB .....	175
---	-----



## O

### OFICIAL DE FARMÁCIA

	Páginas
Forma de atividade. Revogação. O título de “oficial de farmácia provisionado” não corresponde a trabalho sob forma individual. Ag. Mandado de Segurança n.º 38.323-RS .....	147

## P

### POLÍCIA JUDICIÁRIA

Exercício, pela autoridade local, dos poderes de polícia judiciária que, nos termos do regime constitucional vigente, cabe aos próprios Estados federados, não caracterizando interesse da União, sujeito a seu fôro especial. Ag. Mandado de Segurança n.º 38.799-SP .....	150
---	-----

### POSSE DO EXMO. SR. MINISTRO HENOCH DA SILVA REIS 199

### PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuinte compulsório de um dos Institutos de Previdência não é obrigado a concorrer para outro. Ag. Petição n.º 25.765-GB	28
---	----

### PROMESSA DE COMPRA E VENDA

Quando seguida de contrato de construção, o sêlo devido deve atender a essas duas figuras contratuais distintas, que não hão de ser confundidas com a promessa de compra e venda de coisa futura. Ag. Mandado de Segurança n.º 37.550-SP .....	143
--	-----

### PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Direito de ação. Apreciação de legitimidade <i>ad causam</i> . Mérito: “falta de novidade”. Ap. Cível n.º 19.766-RJ .....	87
---	----

## R

### RECURSO DE OFÍCIO

É inerente ao mesmo o efeito suspensivo. Ação de despejo contra a União. Mandado de Segurança n.º 38.900-SP .....	153
---	-----

### REINTEGRAÇÃO

Não se coaduna com os cargos públicos de livre escolha e dispensa, quais os de comissão. Ação Rescisória n.º 166-GB (Embargos)	1
--	---

### REINTEGRATÓRIA DE IMÓVEL

Apartamento em Brasília. Reconvenção. Procedência da reintegração face ao caráter precário da ocupação e improcedência da reconvenção, porque atentatória ao que preceitua o art. 192, inciso V, do C.P.C. Ap. Cível n.º 18.536-DF .....	66
--	----

### REQUISIÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Não pode a autoridade fiscal deixar de apresentar o processo administrativo requisitado pelo Juiz, sob pena de responsabilidade. Ag. Petição n.º 15.586-SP (Embargos) .....	8
---	---

## RETENÇÃO DOS LUCROS DOS SÓCIOS

	Páginas
Equipara-se a empréstimo, quando feita sem a possibilidade de levantamento, estando sujeita à incidência do imposto do sêlo. Ag. Petição n.º 24.989-SP .....	26

## RETIFICAÇÃO

Funcionário Público. A demora sem limites, no processamento burocrático da retificação, constitui ilegalidade a que o direito do servidor não pode sujeitar-se. Ag. Mandado de Segurança n.º 43.944-GB .....	168
--	-----

## REVISÃO DE PROVENTOS

Aplicação do art. 193 da Constituição. Aplica-se a partir da Lei n.º 2.622/55, não antes, pois o preceito não é auto-executável. Ap. Cível n.º 9.925-RS (Embargos) .....	36
--	----

# S

## SEDE SIMBÓLICA EM BRASÍLIA

Irrelevante é a exceção de incompetência sob fundamento de que o Ministério da Fazenda tem sede em Brasília, sabido que a transferência continua simbólica. Ag. Mandado de Segurança n.º 29.224-GB .....	135
--	-----

## SEGURADO OBRIGATÓRIO

Quando já é segurado compulsório de um dos Institutos de Previdência, não tem obrigação de concorrer para outro. Ag. Petição n.º 25.765-GB .....	28
--	----

## SINDICATO

Disciplina e orientação da classe. Acusação de infringência dos direitos dos associados e das regras próprias da instituição. Imprópria a via mandamental para deslinde da apuração. Ag. Mandado de Segurança n.º 38.807-SP. ....	152
---	-----

## SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Desapropriações. Competência do Juízo da Fazenda Pública para o processo das ações de desapropriação em que é parte Sociedade de Economia Mista. Ag. Petição n.º 21.052-MG .....	17
--	----

## VANTAGENS DE CARGO EM COMISSÃO

Aposentadoria. Lei n.º 1.741 de 1952. Indispensável exercício ininterrupto de cargo de caráter permanente. Impossibilidade da adição de tempo prestado a várias entidades. Ap. Cível n.º 16.684-DF .....	49
--	----

## VIOLAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA

Código Penal, arts. 151, § 3.º, e 312, § 1.º. Peculato. Violação de correspondência por funcionário do Correio para subtrair dinheiro. Ap. Criminal n.º 1.106-SP .....	112
--	-----